

Memórias conflitantes e a produção de uma historiografia polemista sobre a atuação da esquerda armada no Brasil.

*Lucileide Costa Cardoso**

A intenção do texto é discutir os primeiros intérpretes da atuação da esquerda armada durante a vigência da ditadura militar no Brasil. Críticas, convergências e divergências sustentam uma interlocução entre eles, mesclando o testemunho com análises acadêmicas. Trata-se dos escritos de Jacob Gorender, 1987, Daniel Aarão Reis Filho, 1989 e Marcelo Ridenti, 1993, sobre o sentido da Revolução naquele contexto histórico. Os respectivos autores estabeleceram um debate sobre a caracterização ao não da resistência como fenômeno democrático e sugerem balizas e novos recortes historiográficos no contexto dos finais dos anos oitenta e início dos anos noventa do século passado.

Defendemos o argumento de que produziram reflexões polemistas ainda hoje não superadas por estudiosos dedicados a entender o caráter da resistência à ditadura. Críticas e autocríticas aos seus escritos permanecem como cerne do debate historiográfico, tensionado por complexas relações entre a política, à memória e a história, reveladores de posições ideológicas dos que estiveram sempre comprometidos em denunciar o arbítrio e o terror do Estado brasileiro.

Essa produção serve de contraponto a uma memória cristalizada, por vezes mistificada entre aqueles que se engajaram na luta contra o regime, seja pelo enfrentamento armado, seja por vias institucionais. Tal memória nos impede de enxergar uma série de comportamentos diversos, reveladores de práticas violentas e de dificuldades de lidar com a questão da democracia.

*Doutora em História Social pela USP. Professora Adjunto IV do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da UFBA. Líder do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Política Contemporânea no CNPq. Integrante do Projeto de Pesquisa: "Estado e Memória: Políticas Públicas da Memória da Ditadura Portuguesa (1974-2009)". Universidade do Porto, Fundação para Ciência e Tecnologia, (PTDC/HIS-HIS/121001/2010).

Jacob Gorender e o sentido da Violência

Intelectual de formação ampla, Jacob Gorender apresenta ao longo de sua existência um compromisso que não pode ser reduzido ao campo da prática historiográfica.¹ A vocação para o jornalismo, matriz fundamental para compreensão da sua prática militante, esteve acompanhado de uma atuação no setor da Educação. Recentemente, declarou-se um intelectual que se afastou da militância prática, optando por continuar produzindo reflexões teóricas e históricas no campo do marxismo. O aporte maior para compreensão do seu pensamento sempre foi à busca intelectual, mas do que a militância política, pois sempre considerou a atividade intelectual, embora mediada pela política, independente e justificada pelos seus próprios méritos.

Nos seus escritos sobre a ditadura, dedicou-se a analisar o comportamento das esquerdas, enfatizando as crises internas do PCB no período pré e pós-64. Além de *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, com a primeira edição lançada em 1987, entrevistas e artigos publicados em livros, revistas e jornais; depoimentos em áudio ou vídeo evidenciam o caminho seguido pelo historiador em defesa da luta das esquerdas para por fim a ditadura no Brasil.

Seguindo o propósito inicial desse artigo de tomar a historiografia sobre a luta armada como lugar de memória, podemos afirmar que o livro *Combate nas Trevas* é o exemplo clássico da mescla entre o testemunho e análise profunda de dados pesquisados em arquivos até então, considerados inéditos. O conteúdo memorialístico adquire teor autobiográfico e provocativo, mediado por várias entrevistas realizadas com protagonistas das organizações da esquerda armada. O autor, em suas páginas iniciais, alerta o leitor de que o livro possui certo “coeficiente memorialístico”, embora contribua com o pioneirismo de quem dissecou parte dos documentos de natureza repressiva, oriundos da Justiça Militar.² Dedicou o

¹ Militante de sólida formação intelectual, Gorender publicou diversos artigos e livros tendo como pressuposto o materialismo histórico e dialético ao analisar vários aspectos da história brasileira em momentos distintos. Apresenta uma produção historiográfica conhecida dentro e fora da comunidade acadêmica, principalmente pelos seus livros *O Escravismo Colonial*, 1978 e *Combate nas Trevas*, 1987. Em 1999, recebeu o troféu Juca Pato, prêmio de intelectual do ano, pela União Brasileira de Escritores. Além de historiador, atuou vários anos como jornalista e tradutor, escrevendo principalmente em órgãos de esquerda.

² Jacob Gorender contou com o apoio de Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo que lhe facultou o acesso aos documentos do “Projeto Brasil Nunca Mais”, pois na década de oitenta, o acervo BNM ainda não estava disponível para consulta pública. No prefácio do livro, define o conceito de esquerda com referência ao “movimento de ideias endereçadas ao projeto de transformação social em benefício das classes

livro ao amigo, Mário Alves, preso e barbaramente torturado até a morte pelos inescrupulosos homens dos “porões”, pois, sob a influência dele, que iniciou sua militância no PCB, alternando tarefas práticas e intelectuais durante trinta anos. A narrativa segue o seu curso, deixando transparecer paixões, entregas e inquietações, provocando múltiplas reflexões entre os sobreviventes, estudiosos do tema e curiosos em geral.

Um dos pontos fortes de sua análise é a maneira pela qual contextualiza e critica o que denomina “terrorismo de direita” e “terrorismo de esquerda”, que, de modos diferentes, empregaram estratégias violentas para tomada do poder. Os atentados de direita, iniciados em 1964 atingiram o seu pico em 1968 e, a partir de 1969, regrediram um pouco, desaparecendo totalmente entre 1971 e 1975, quando a ditadura se institucionaliza, não sendo mais necessária a atuação desses grupos paramilitares: “o terrorismo de direita se oficializou. Tornou-se terrorismo de Estado, diretamente praticado pelas organizações militares institucionais” (GORENDER, 1987:152). Em reação ao AI-5, temos a imersão de várias organizações na luta armada, praticando assaltos, sequestros, justiçamentos, entre outras formas de violências. Essas ações repercutiram na sociedade que passaram a designá-las como atuações dos agentes do “terrorismo de esquerda”.

Ao estabelecer essa comparação, o autor não caiu na armadilha da propaganda ideológica do chamado “milagre brasileiro”, patrocinado pelos meios de comunicação de massa que, em busca de legitimar o Estado ditatorial, divulgava imagens de “terroristas de esquerda” e das ações espetaculares de captura, reação e morte dos agentes da repressão no combate aos “bandidos”, denominando assim só o de esquerda. Em contrapartida, o que acontecia nas câmaras de tortura dos diversos órgãos policiais sofria censura ou era encoberto pela “cultura do silêncio”, que alimentou o medo da população em discutir tais assuntos ou, simplesmente, passaram a ignorar as barbaridades cometidas nos “porões” por falta de informação ou por indiferença.

Ora, se a sociedade em geral vivia este clima de euforia, “milagre econômico” e copa do mundo, na contramão da história, os dirigentes das organizações de esquerda, afundados na clandestinidade, conviveram com dificuldades econômicas e ficaram vulneráveis ao cerco repressivo, assim cometendo o erro de acreditar que a justiça de sua causa, a audácia dos seus feitos e divulgações de suas ações lhes garantiria o apoio das massas

oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes” (1987:7).

oprimidas. A realidade era bem outra, perderam muitos militantes e simpatizantes que se sentiam acuados por falta de aptidões pessoais ou disposição ideológica para assumir a luta armada. Perderam também a base social das suas organizações, discordantes da estratégia da violência revolucionária e, isolados, só lhes restaram atuarem sem base social, mantendo seu perfil vanguardista e sectário. O resultado todos conhece: prisões, torturas, assassinatos.

Conta em pormenores a “façanha” do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, destacando que o plano inicial partiu da Dissidência Universitária da Guanabara, representada por seus dirigentes Daniel Aarão Reis Filho, Franklin Martins e Cláudio Torres. O levantamento feito por Vera Sylvia Magalhães revelou o frágil esquema de proteção do embaixador da maior potência mundial. A DI-G pediu auxílio à ALN, mantendo contatos com Joaquim Câmara Ferreira, “Toledo”, para operacionalizar a ação. Realizado o sequestro, a DI-G necessitou mudar a sigla para MR-8, deixando mais claro para a população as organizações envolvidas no processo. A operação bem sucedida permitiu libertar quarenta prisioneiros políticos, mas em seguida, os agentes da repressão abateram todos os envolvidos. No começo de 1970, o MR-8 decaiu com a prisão de Daniel Aarão Reis Filho, Cid Queirós e Vera Sylvia Magalhães; posteriormente foram “banidos” do país em troca do embaixador alemão. A repercussão do sequestro do embaixador americano marcou a história da guerrilha urbana no mundo. O preço pago foi alto: além das prisões efetuadas, a Justiça Militar criou a pena de banimento para os presos libertados e através do Ato Institucional n ° 14 estabeleceram as penas de morte e de prisão perpétua em tempos de paz, ferindo a tradição jurídica brasileira.

A realização do último sequestro do embaixador suíço pela VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) em 1970, organização comandada pelo ex-capitão do exército Carlos Lamarca, demonstrou que estava esgotada sua eficácia como forma de luta. A VPR defendia a guerrilha rural, baseando-se na experiência guerrilheira no Vale da Ribeira em São Paulo sob o comando de Lamarca. A morte trágica, tanto de Carlos Marighella como de Carlos Lamarca, fizeram deles mitos do romantismo revolucionário da esquerda nesse período. Ressalve-se que Lamarca não tinha pretensões de liderança carismática, era um homem modesto e comunicativo, ao contrário de Marighella que encarnou o perfil de liderança e elaborou reflexões teóricas sobre a etapa de guerra de guerrilhas na América Latina.

Narra vários episódios ocorridos durante a experiência da guerrilha urbana e rural para justificar seu argumento de que a esquerda não foi vítima passiva da ditadura, seus erros e acertos nesse período devem ser analisados pela lente crítica da história, cuja função é

desmistificar o culto aos heróis, facilmente assimilável pela memória coletiva, que busca esquecer os tropeços e somente reverencia a “firmeza serena do mártir” (GORENDER, 1987:250). Assim, Marighella, Lamarca, Frei Tito são vistos por Gorender à luz de uma concepção de história crítica, distanciando-se de uma memória celebrativa, seja de direita ou de esquerda, que tende à consagração dos heróis.

O processo em curso era de liquidação terminal da esquerda armada urbana, marcando um período de autocrítica. Nesse contexto de refluxo desses grupos, a experiência da Guerrilha do Araguaia foi extremamente significativa. Inicialmente, contou com uma base fixada na região do Pará em 1967, organizada por militantes treinados em guerrilha na China. Demonstraram notável estrutura organizativa e a direção do PC do B, de linha maoísta, paulatinamente, foram introduzindo mais militantes na região, no total de 69, assumindo atividades de lavradores, negociantes e atuando em práticas assistenciais nas áreas de ensino e saúde. Em 1972, a luta foi deflagrada por iniciativa do Exército, contudo os guerrilheiros obtiveram duas vitórias consecutivas, desafiando e desmoralizando o governo. Em 1973 inicia-se a terceira investida contra a guerrilha do Araguaia, mediando estratégias que aterrorizavam a população, como torturas e assassinatos de camponeses, com medidas assistencialistas. O governo criou um programa de Ação Cívico-Social (ACISO), incumbido de fornecer assistência médica e dentária à população carente, ao mesmo tempo em que obtinha mais informações do grupo guerrilheiro. Essa ação pioneira de combate à guerrilha rural foi comandada pelo general Hugo Abreu, chefe da Brigada de Paraquedistas que, no mês de outubro, período de chuva intensa na região, iniciou a investida que dizimou o grupo guerrilheiro. O último combatente, ferido de morte em abril de 1974, Oswaldo Orlando da Costa, foi o mais “temido dos lutadores da gente do Araguaia”.

A história da guerrilha do Araguaia foi abafada pelo governo ditatorial, que não produziu nenhuma documentação oficial sobre as campanhas efetivadas na região, bem como proibiu qualquer divulgação de informações por parte da imprensa sobre aquela experiência, possivelmente para que não servisse de exemplo. Só a partir de 1978 que alguns episódios da guerrilha são revelados, mas já como fato histórico. Gorender lamenta que o próprio PC do B não realizou uma autocrítica coerente da Guerrilha do Araguaia; simplesmente, tempos depois, renegou o maoísmo e passou a defender a Albânia como último reduto fiel ao socialismo de linha stalinista. Em síntese, o paradoxo da experiência da Guerrilha do Araguaia para Gorender consiste na crença no modelo maoísta, mas na prática reproduzindo o

modelo foquista castro-guevarista. A luta foi iniciada sem nenhum trabalho político prévio e o partido manteve um núcleo guerrilheiro com autonomia de comando.

Combate nas Trevas contribui imensamente para esclarecer a contenda entre “opressores” e “oprimidos”, analisando-os sob o prisma da violência. No entanto, o autor não raciocina com simplificações, buscando no interior de cada um dos grupos elementos divergentes e problemáticos que explicam os erros e acertos, especialmente daqueles que optaram pela luta armada. Considera que a ditadura militar instaurou no país uma violência “ampliada” e “exibicionista”, comprometendo inclusive a imagem profissional das Forças Armadas em operações de caráter policial e na aplicação de métodos de tortura.

O relato da tortura ultrapassa o campo da racionalidade própria do pensamento e convida o leitor a mergulhar em sua dor, em seu sofrimento pessoal, cujo ápice é a tentativa de suicídio, logo impedida pelos seus algozes. O tom imperativo da experiência da primeira pessoa ao descrever as sevícias a que foi submetido, não o impedem de defender a tese de “rotinização” do emprego da tortura no Brasil. Esta de responsabilidade exclusiva dos órgãos pertencentes ao quadro legal das instituições militares. Não foi extraordinária, ocasional, mas sim aplicada de forma sistemática, devendo ser caracterizada por duas fases: a primeira, utilizando-se de métodos brutais para obtenção da confissão a qualquer custo; a segunda, empregando procedimentos mais refinados como a geladeira³. O objetivo era alargar o círculo de informações, completando fichários e estabelecendo regras de interrogatórios cada vez mais requintados. Os brasileiros desenvolveram métodos próprios e buscaram aperfeiçoar outras técnicas com oficiais nos Estados Unidos e em outros países.

Na tentativa de compreender a violência colocada em curso por organizações da esquerda armada, Gorender sugere que a opção pela luta armada teve um efeito retardado de resistência que, na verdade, deveria ter ocorrido nos momentos iniciais do golpe de abril. Considera que as organizações de esquerda cometeram um equívoco teórico, pois partiram do princípio da violência incondicionada. Ou seja, a violência empregada nos anos sessenta não foi à revolucionária, recurso justificável em condições favoráveis e condicionadas pelos fatores históricos. Momento em que as classes sociais são responsáveis por empregar a violência revolucionária, e não vanguardas e seitas isoladas: “A consequência só podia ser a

³ Invenção inglesa, aperfeiçoada nos Estados Unidos, consistindo no emprego de equipamentos eletrônicos para operações de investigação e nos suplícios em que se combina a dor física à pressão psicológica. Os torturadores brasileiros aprenderam essas novas técnicas em cursos ministrados pelos norte-americanos.

derrota” (GORENDER, 1997:197). A vanguarda e a juventude nos anos sessenta vivenciaram uma “psicologia do revanchismo romântico” (GORENDER, 1997:197). Diante da vitória impiedosa da repressão, prevaleceu o romantismo revolucionário inebriado pelo contexto mundial dos movimentos, revoluções e guerras a partir de 1968. Praticaram assaltos a bancos, atentados a bomba, sequestros de diplomatas, matança de vigilantes, policiais e elementos das Forças Armadas, justicamento de inimigos e guerrilha urbana e rural.

A esquerda deve assumir a violência que praticou se quiser ser coerente com sua história. Porém, não se devem confundir as duas violências com a argumentação de que ambas as partes cometeram os mesmos erros, portanto, as culpas se compensam. Ou no jargão militar: “guerra é guerra”, justificando as atrocidades praticadas. Gorender acredita que as duas violências não podem ser julgadas pelo mesmo critério: “A violência original é a do opressor, porque inexistente opressão sem violência cotidiana incessante. A ditadura militar deu forma extremada à violência do opressor. A violência do oprimido veio como resposta” (GORENDER, 1987:235).

Acredita que as forças de esquerda no Brasil deverão desenvolver, na ação prática e na elaboração teórica, uma concepção de socialismo coerente com a realidade do país e colado nas transformações mundiais. 1964 foi uma contrarrevolução, uma reação dos setores mais conservadores frente às possibilidades de uma radicalização em defesa das Reformas de Base durante o Governo Goulart. Entre os fatores do fracasso das esquerdas em 64, destaca a liderança nacionalista burguesa, falta de coesão entre as várias correntes de esquerda, competição entre chefias personalistas, insuficiência de organização. Enfim, as “ilusões reboquistas” e as “incontinências históricas”. Uma derrota desmoralizante com a desativação da operação Brother Sam no Caribe: “Os generais triunfantes proclamaram que o Ocidente ganhou no Brasil formidável vitória a baixíssimo custo”. (GORENDER, 1987:67).

O livro, misto de reportagem e pesquisa acadêmica, apresenta aspectos polêmicos, tais como: a dura avaliação sobre a militância do líder comunista Luiz Carlos Prestes, a discordância da versão de Frei Betto sobre a morte de Carlos Marighella e a exposição de casos de “justicamentos”, no total de quatro, de guerrilheiros por seus próprios companheiros. Tais versões desagradaram profundamente determinados setores da esquerda, revelando, porém, a independência do historiador na pesquisa e análise dos fatos estudados. O livro recepcionado no contexto de transição incomodou muita gente, principalmente ex-militantes da esquerda armada que ao negar ou autocriticar o passado, aderiram a novos projetos

políticos. Os “erros” dos grupos armados são analisados por ele no bojo da dinâmica de uma conjuntura coercitiva que levou à sua desestruturação e ao seu desmantelamento. A tese de Gorender é do “protesto armado”, resistência contra a ditadura, embora partisse da esquerda imaginasse estar realizando uma operação estratégica, revolucionária, que levaria ao socialismo.

Daniel Aarão Reis Filho e o sentido da Revolução

Daniel Aarão Reis Filho rememora através de livros, artigos e entrevistas, os diferentes projetos de revolução em confronto com a ditadura, demonstrando os seus equívocos e acertos.⁴ O recorte está direcionado para a problemática das organizações da esquerda armada e suas relações com a sociedade e o Estado. Os militantes não fizeram a resistência democrática à ditadura, lutaram por um projeto e acreditaram numa revolução mundial que, ao final, não aconteceu. O livro, *A Revolução Falhou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*, lançado em 1989, fruto de tese de doutoramento, exemplifica a fusão do discurso historiográfico com o memorialístico.

Ao retornar do exílio em 1979, o historiador manteve os seus posicionamentos anteriores, refazendo o percurso da militância e combatendo pela memória versões, segundo ele, que tendem a reconcilia-se com aqueles tempos, retirando-lhe o caráter revolucionário e de dramaticidade. Produziu uma série de livros, artigos, organizou coletâneas e concedeu entrevistas que atestam o seu permanente desejo em compreender o passado ditatorial. Continua bastante polêmico ao criticar uma determinada memória que, segundo ele próprio, busca a pacificação desse passado.

A vitória do golpe civil-militar foi uma experiência dolorosa e desagregadora, tornando imprescindível repensar os procedimentos, métodos de trabalho, a retórica e, sobretudo, as concepções sobre o Brasil e sobre a revolução brasileira. Tal inflexão política “cortou o nó górdio de uma correlação de forças aparentemente equilibrada. Instalou uma

⁴ Doutor em História pela Universidade de São Paulo em 1987, onde obteve o título com a tese “*As Organizações comunistas e a luta de classes no Brasil – 1961/1968*”, Daniel é professor titular de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense. Publicou vários trabalhos sobre a esquerda brasileira e a ditadura civil-militar. Em 1988, lançou o livro *1968 – A Paixão de uma utopia* com parceria de Pedro de Moraes, coletânea de entrevistas e ilustrações sobre o Movimento Estudantil e suas lideranças. Tal álbum de teor mais memorialístico do que analítico mereceu uma reedição dez anos depois. No ano 1997, lançou o livro *VERSÕES E FICCÕES: O Sequestro da História e em 2000, temos Ditadura Militar, Esquerdas & Sociedade*.

ditadura militar e reforçou a hegemonia do capital internacional no bloco do poder” (1989:22). O golpe contou com uma ampla composição de forças sociais e políticas, unindo-se o grande e médio capital. Também é inegável a ingerência do capital internacional, bancos e federações industriais e agrícolas com o apoio da maioria do Parlamento, do Judiciário, da Igreja e das classes médias. A amplitude dessa frente contava com a articulação decisiva das Forças Armadas, principalmente o Exército, dividido entre os militares “legalistas-burocráticos” e os de “linha-dura”. O golpe contou com o apoio dos ex-amigos do Presidente João Goulart, como o general Amaury Kruehl, do II Exército, e o general Justino Alves Bastos, do IV Exército, outros permaneceram apáticos aos acontecimentos como o general Armando de Moraes Âncora, comandante do I Exército, e o próprio ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, “convenientemente hospitalizado” (REIS FILHO, 1989:57).

Explica a trajetória das organizações comunistas no contexto do pré-golpe. O PCB entre 1961/1964 adotou a *Declaração de Março* de 1958 e as *Resoluções do V Congresso* em agosto de 1960 como documentos definidores de suas ações, principalmente a crença na burguesia nacional como força revolucionária, determinando o caminho pacífico para as transformações da sociedade. No caso da POLOP, o golpe de 64 adiou por mais alguns anos a perspectiva da missão histórica do proletariado, porém, seus quadros acertaram ao demonstrar a “inapetência revolucionária” da burguesia nacional. Apostaram no movimento revolucionário independente, sem a tutela das classes dominantes, intitulado-se partido revolucionário de vanguarda semelhante ao movimento revolucionário russo no começo do século XX. O PC do B, fundado em 1962, surgiu como uma segunda alternativa política ao PCB. Os embates teóricos envolvendo a cúpula do partido, responsável pelo “racha”, iniciaram-se entre 1956 e 1960. A POLOP e o PC do B sempre negaram o papel revolucionário da burguesia nacional, defendida pelo PCB, embora tenham apostado na inevitabilidade da revolução.

O problema é que a revolução não veio e o golpe militar vitorioso surpreendeu os militantes que amargaram a derrota: “A derrota surpreenderia em 1964. Um drama político. Depois de 1968, sem deixar de surpreender, a derrota massacraria, em forma de tragédia, os comunistas brasileiros” (REIS FILHO, 1989:73). *A Revolução faltou ao encontro*, apresenta uma avaliação das razões da derrota das organizações comunistas no contexto da ditadura militar, considerando que as nossas vanguardas experimentaram o mesmo processo de outras vanguardas mundiais, especialmente Argélia, Cuba e Moçambique. Mas, lamentavelmente,

não alcançaram a vitória sustentada por aquelas. As motivações que levaram à derrota das esquerdas em 1964 constituem o objeto central da pesquisa, entrecortadas com recordações da luta armada e do tempo do exílio. Por volta de 1970, a maioria da esquerda no exterior amargava a derrota, inventariando as suas principais “debilidades” e “desvios”, entre eles o primarismo teórico, desconhecimento da realidade nacional, fragilidade ideológica, submissão aos modelos revolucionários internacionais, presença maciça de uma pequena burguesia nos seus quadros militantes: “O desvendamento dos erros era implacável: só carências a remediar, lacunas a preencher.” (REIS FILHO, 1989:15).

No entanto, essas formulações ainda não são suficientes, tornando-se necessário uma análise por dentro das organizações comunistas, ampliando ou corrigindo certezas de que a luta armada foi um erro e que, portanto, a derrota era iminente. A bem dizer, a crítica, a autocrítica da luta armada no plano interno só foi possível a posteriori, no contexto de transição, pois durante o processo de resistência e repressão foi preciso ter muito claro quem era amigo e quem era inimigo no combate a Ditadura. Durante o exílio, os ex-militantes da esquerda armada refizeram o percurso e manifestaram o sentimento de negação ou autoafirmação dos valores daquele tempo, de modo especial, porque estavam imersos em novos projetos políticos.

O pensamento e a prática comunista são abordados a partir da experiência histórica do PCB, da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) e do PC do B entre 1961/1964, contextualizando suas ações.⁵ Segundo Daniel, o golpe de 64, embora antecipado e anunciado, causou perplexidade e eliminou utopias de parte dos militantes dos partidos e organizações da esquerda armada. Também estuda o início de uma fragmentação irreversível que levaria os comunistas à “utopia do impasse”, gestando derrotas e fracassos entre 1964/1968, explicada pela expectativa, nutrida pelas esquerdas, de que a ditadura não tinha condições históricas de governar o país, gerando desilusões das massas populares que logo perceberiam as debilidades do programa reformista dos militares e tenderiam a apoiar os revolucionários em sua posição radical de enfrentamento armado.

Ao defenderem projetos próprios de revolução, os comunistas se colocaram como vanguarda da classe operária e dos processos revolucionários, mas não sintonizados com o

⁵ Daniel cita três correntes que rejeitavam as referências comunistas: AP (Ação Popular), de origem e inspiração católica, fundada em 1963; o Movimento Nacionalista, cuja ala radical era liderada por Leonel Brizola; e as Ligas Camponesas, sob a liderança do deputado Francisco Julião.

processo social. Após a derrota em 1964, iniciaram um processo de autocrítica, entretanto, não anularam os princípios vanguardistas, definidores do “estado-maior revolucionário”. As modificações de orientação política partiam de reflexões e motivações internas, mesmo com influências de modelos revolucionários internacionais: “Os comunistas brasileiros liam as ‘orientações’ externas com o auxílio de “chaves” próprias, para atender suas necessidades específicas” (REIS FILHO, 1989:18). Orienta o seu trabalho a convicção de que as organizações comunistas “constituem quadros orgânicos destinados a submeter-se à hegemonia dos trabalhadores intelectuais de classe média” (REIS FILHO, 1989:17).

Em geral, aplica-se o argumento, considerado insuficiente pelo autor, de que os comunistas se prepararam para a revolução distanciando-se da classe trabalhadora e, na tentativa de adquirirem coesão interna, afrouxaram os laços com a sociedade. No plano da ação, a união dos comunistas foi mantida por “mitos coesionadores”, pois existiu a crença na inevitabilidade da revolução socialista, na missão universal do proletariado e no vanguardismo como elemento crucial. Os resultados de tal concepção fortaleceu a prática política aliados ao processo de elitização no interior dos grupos, através de dirigentes distanciados de suas bases e da realidade social. Com isso, a sociedade passou a ser “objeto de trabalho, destinado à tutela política, ideológica e moral” (REIS FILHO, 1989:19). Assim, os comunistas brasileiros não compreenderam a evolução da sociedade que pretendiam transformar.

As razões da derrota não podem ser fundamentas na tese do vanguardismo, já que comparando-as com as vanguardas vitoriosas mundiais, existem mais semelhanças do que diferenças: “Eles teriam se preparado com rigor, enquanto estados-maiores (...) mas a revolução faltou ao encontro.” (REIS FILHO, 1989:19). O autor identifica uma revolução mundial em curso e argumenta que os comunistas brasileiros perderam o rumo da história ou não leram adequadamente o seu tempo, tempo esse repleto de possibilidades de reformas e revoluções, mas internamente vivíamos os duros anos de repressão e a sociedade não se voltou contra a sua ditadura.

De fato, a forte inflexão política de 64 coloca uma sucessão de problemas a decifrar. Os próprios comunistas buscaram explicações para a derrota. Para o PCB, a responsabilidade cabia ao “esquerdismo”. Para as demais organizações, a culpa tinha sido da cúpula do PCB sob a liderança de Luiz Carlos Prestes. A derrota gerou crescentes insatisfações no interior do PCB, dando origem à formação da Corrente Revolucionária com a

participação de Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Jover Telles, Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira. Em 1965, Marighella defendia o caminho da luta armada e organizou a ALN; Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender enfatizaram o trabalho de rearticulação do movimento social e de reorganização de um partido revolucionário, fundando o PCBR em 1968.

Os aspectos políticos são decisivos na compreensão da divisão das esquerdas: primeiro, com a derrota houve um desmoronamento de referências; segundo, os partidos existentes exaltavam suas próprias qualidades de forma individualizada; terceiro, o choque de gerações entre os “velhos” militantes das organizações e partidos comunistas, que haviam perdido seu carisma, e os “jovens” inexperientes com pouca capacidade de aglutinação e coesão. O cerco violento da repressão policial impôs novas estratégias de sobrevivência. Somado a esses aspectos, os comunistas não enxergaram a vitalidade e a capacidade de expansão do capitalismo brasileiro liderado pela tutela militar.

No plano externo, as grandes influências das revoluções cubana e chinesa rompendo com a estrutura do “partido”, consagrada pela tradição da Internacional Comunista, repercutiram no PCB, POLOP, PC do B e demais organizações e partidos existentes no pós-64. A morte de Che Guevara na Bolívia em 1967 colocou em questão a eficácia da teoria do foco, mas, na contramão da história, as guerrilhas urbanas cresceram no Brasil. O apaziguamento da Revolução Cultural na China não foi motivo de reflexão crítica, organizações de linha maoísta, principalmente o PC do B, continuavam acreditando na retórica “maoizante” e na “proletarização” dos militantes.

Daniel apresenta os principais postulados teóricos e práticos de coesão das organizações comunistas e as consequências decorrentes da adoção desses postulados. Os princípios norteadores das organizações comunistas advêm da concepção equivocada da inevitabilidade da revolução socialista de tradição marxista-leninista. A revolução seria uma lei natural, fora apenas retardada em 64, assim como a missão revolucionária do proletariado baseada nos princípios apregoados por Marx de que o mundo caminhava ‘necessariamente’ para a ditadura do proletariado. Depois de Marx, Lênin, Stálin, Mao e Che Guevara, Gramsci e Lukács, cada um ao seu modo contribuíram para uma visão favorável da “missão proletária”.

Para as vanguardas de tradição marxista a revolução era objeto de um estudo científico, de uma previsão. Os comunistas constituíam uma vanguarda porque eram capazes

de esclarecer, através do domínio teórico, a marcha do processo revolucionário com objetividade. As vanguardas detêm algo de grandioso, o “domínio do futuro”, pois são preparadas teoricamente para perceber o momento decisivo de eclosão do movimento revolucionário. Nasce daí a concepção de partido revolucionário de tradição leninista, aquele capaz de “acelerar em momentos de pausa, ou a frear o “trem” da revolução em marcha” (REIS FILHO, 1989:115). Considera que a adoção desses postulados de revolução, transformados em mitos, adquiriu uma importância chave na vida das organizações comunistas brasileiras, justificando sua própria personalidade orgânica.

Os estratagemas de “tensão máxima” e o “complexo da dívida” justificaram a fé no partido. O “leque das virtudes” se espelhou na convicção de que só os comunistas têm a chave para a compreensão do passado e do futuro do mundo. O “massacre das tarefas” compreendeu a obrigatoriedade do estudo teórico, o debate político interno, o trabalho de massas e o trabalho de agitação e propaganda. E, por fim, a “celebridade da autoridade”, assumiu característica dupla: apologia do saber dos dirigentes e o culto da personalidade do chefe, tornando-se ‘arquétipo’ a que todos deveriam imitar. Ao identificar o processo de mistificação da revolução, indica a ambivalência de orientação no interior das organizações e a “síndrome da traição”, crença de que deixar a organização significava renunciar à revolução, como razões para o seu isolamento frente à sociedade que se pretendia transformar.

Nessa perspectiva teórica, os comunistas brasileiros não foram apenas vítimas da ditadura militar: formaram uma “contra elite” e pretendiam se fazer representar como dirigentes dos movimentos sociais, pois só eles detinham a teoria que organiza a revolução, desprezando, portanto, o trabalho de linha mais institucional, principalmente o jogo eleitoral. A democracia viria como um resultado inerente ao processo revolucionário em curso, sendo considerada uma questão menor e merecendo atenção subalterna: “as diversas organizações comunistas não escapariam de uma profunda subestimação da questão democrática” (REIS FILHO, 1989:141).

A definição de que os comunistas constituíam uma “contra elite” parte da compreensão de que não são apenas elites políticas, mas também elites sociais. O estudo da composição social das organizações comunistas focaliza o controvertido papel dos intelectuais no partido. De um lado, o reconhecimento histórico da importância do seu papel

na formação teórica dos seus militantes. Do outro, a desconfiança com relação à origem social burguesa ou pequeno-burguesa.⁶

O certo é que prevaleceu a hegemonia dos trabalhadores intelectuais nas organizações comunistas e os poucos trabalhadores manuais que tiveram acesso aos postos centrais do partido perderam a ligação com suas raízes sociais. A profissionalização dos quadros dos partidos exigiu a adoção do mesmo padrão de comportamento dos intelectuais: “um verdadeiro suicídio de classe através do qual o operário se metamorfoseia em intelectual” (REIS FILHO, 1989:171). Nesse sentido, as organizações comunistas durante a ditadura militar cometeram o erro de acreditar demasiadamente na iminência da revolução proletária, sustentando seus mitos fundadores: a “leitura legitimadora dos modelos internacionais”, a “dinâmica antidemocrática”, a “estratégia da tensão máxima” e “a presença marcante das elites sociais intelectualizadas” (REIS FILHO, 1989:183).

Os comunistas brasileiros iludiram-se com aspectos menores, debatendo os diversos caminhos em busca da revolução brasileira ou especializando-se em técnicas e estratégias da “guerra revolucionária”. Colocando-se como vanguarda, os militantes perderam de vista a dinâmica social e histórica que apregoa a revolução como um processo social amplo: “resultado de convergências objetiva de movimentos sociais que se tornam incontroláveis política e militarmente” (REIS FILHO, 1989:186). Os comunistas brasileiros foram derrotados muito mais por suas semelhanças com partidos e organizações vitoriosas no plano internacional do que pelas diferenças que os separam.

O autor denuncia uma reconstrução enaltecida da memória do “vencido” em 64 em que as esquerdas frequentemente aparecem como vítimas, ou no máximo, quando lutaram, o fizeram apenas para afrontar a ditadura militar. Lamenta que *Resistência* tornou-se a palavra-chave para explicar a memória das esquerdas submetidas à ditadura, obscurecendo o conhecimento de que os revolucionários realizaram uma contraofensiva a partir dos seus mitos e diferentes crenças, jogando-se numa revolução que não veio. Ao negar o conceito de resistência, declara que “não existe nenhum documento dessas organizações em que elas se

⁶ Daniel sustenta tais hipóteses a partir da leitura do relatório produzido pelos pesquisadores do Projeto Brasil Nunca Mais, BNM, que organizaram três séries documentais, buscando compreender as bases sociais das várias organizações. Classificaram os trabalhadores intelectuais, trabalhadores manuais, técnicos de média qualificação e indefinidos. Os estudantes universitários de origem urbana foram predominantes nos partidos de esquerda durante a ditadura militar, culminando com a presença ativa de militantes jovens representando 64,5% dos componentes das organizações. A importância da mulher jovem universitária militante também é significativa.

apresentassem como instrumentos da resistência democrática”.⁷ Na fase mais “dura”, as esquerdas aprenderam e descobriram o sentido e o valor da democracia, já que, em meados dos anos setenta, a luta pela anistia contou com a participação de setores sociais mais amplos.

Em estudo mais recente, observa que prevalece uma incômoda memória no Brasil: “da ditadura fez-se a democracia, como um parto sem dor, sem grandiloquência ou heroísmo, sem revoluções ou mortes d’homem. Cordialmente, macunaimicamente, brasileiromente” (REIS FILHO, 2000:11). A natureza do argumento é para combater versões que sustentam a tese de que a sociedade precisa exorcizar a sua ditadura, apaziguar os conflitos, pois a vocação democrática é inerente ao povo brasileiro, que nada teve a ver com o regime de exceção instalado no país em 1964.

No artigo intitulado “*Um Passado Imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60*”, publicado em 1997, o historiador sistematiza as interpretações mais recorrentes e difundidas. A primeira apresenta o movimento armado dos anos 60 como uma “grande aventura, no limite da irresponsabilidade. (...) Diante do profissionalismo da ditadura, o que restava àqueles jovens? Ferram-se. Mas demos todas boas risadas. Afinal, o importante é manter o bom humor” (REIS FILHO, 1997:34). A referência são os livros de Fernando Gabeira *O Que É Isso Companheiro?* e Zuenir Ventura *1968: O Ano que não Terminou*. Gabeira e Ventura foram mestres nesse exercício de síntese, permitindo recordar uma história triste sem dor.

A segunda recupera o projeto dos vencidos. Compreendê-lo e resgatar uma memória perdida tornou-se o principal objetivo do misto de reportagem e pesquisa acadêmica empreendida por Jacob Gorender em *Combate nas Trevas* e Marcelo Ridenti em *O Fantasma da Revolução*. Retratam os anos 60 como anos de resistência democrática: “Nos livros de Gorender & Ridenti não há meninos rebeldes, há projetos revolucionários, e, antes, e acima de tudo, há resistência de mulheres e homens que não se entregam. (...) O isolamento dos que foram liquidados pelo aparelho repressivo teria sido mais o resultado dos métodos que utilizaram (com os quais a sociedade não se solidarizou), do que da vontade de resistir à ditadura.” (REIS FILHO, 1997: 39/40).

A terceira, defendida por ele, às esquerdas não foram apenas vítimas, sendo problemática a ideia de conceber a sua luta desesperada como resistência democrática. Com o

⁷ Entrevista concedida a Elio Gaspari, Jornal Folha de São Paulo, p. A14, 23 setembro de 2001. Apud. RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. P. 55, 2004.

processo de desestalinização, inspirados pela vitória da Revolução Cubana em 1959 e pela guerra revolucionária no Vietnã, toda uma geração de dissidentes vai colocar como desafio mais imediato à tomada do poder. “Não se tratava mais de morrer, mas de matar, pela revolução” (REIS FILHO, 1997:41).

Por último existe uma versão, presente nos trabalhos de Herbert Daniel, *Passagem para o próximo sonho*, e no projeto de Vera Sílvia Magalhães, *O ethos da Dissidência Universitária do PCB* (1994 mimeo). Os autores buscam compreender os valores que animavam os esquerdistas nos anos 60, recuperando o processo de construção de uma identidade. Defesa de um ethos específico formado no ambiente estudantil da época e saturado pela politização das interpretações, dos debates e das atitudes.

Em publicações mais recentes, o desejo do historiador não é apenas informar, mas provocar no leitor o encantamento estético, principalmente com o “espírito de 68”, encarnado por jovens rebeldes e contestadores da ordem. Adota a perspectiva analítica e crítica dos acontecimentos, mas predomina um resgate do passado de cunho mais memorialístico que envereda também para mistificação da juventude estudantil: “Escrachavam o capitalismo e o socialismo. Queriam mais, queriam os céus. Meninas petulantes. Meninos ousados. Até hoje não apareceu uma geração igual” (RESI FILHO, 2002:443).⁸ Os julgamentos de Daniel são rápidos e os argumentos quase sempre inovadores, servindo de balizas seguras para novas interpretações sobre o período. No entanto, não se pode notar um rigor maior na análise ou na apresentação de novos documentos oriundos dos diversos arquivos da ditadura, já disponíveis. Seus escritos potencializam questionamentos de natureza argumentativa e criativa, fortalecendo o ponto de vista analítico e polêmico, mas ressentem-se de uma melhor consolidação e problematização das fontes.

Marcelo Ridenti e o sentido da Resistência

Marcelo Ridenti também pretendeu desmitificar a ação “heroica” dos guerrilheiros urbanos, utilizando-se do conceito de “romantismo revolucionário” para pensar

⁸ Ver: “1968, o curto ano de todos os desejos” (1999) p.61-71; “Anistia recíproca no Brasil ou a arte de reconstruir a História” (2001) p.131-137 e “Vozes silenciadas em de ditadura: Brasil, anos de 1960”, 2002 p. 435-450.

“os fantasmas da revolução”.⁹ Seu trabalho aborda o engajamento dos intelectuais e dos estudantes nas organizações de esquerda armada, verificando suas imbricações políticas, culturais e psicológicas. Defende que a partir de 1971, as organizações armadas já estavam quase todas liquidadas, ou no limite, quase totalmente “marginalizadas”. Os “justiçamentos” e outros erros cometidos pelos grupos guerrilheiros urbanos transformaram-no, de acordo com Ridenti, em “terroristas”, ao mesmo tempo em que combatiam o “terrorismo da ditadura”. Aqui, já podemos identificar uma proximidade em termos interpretativos com o historiador, ex-dirigente comunista, Jacob Gorender. A morte do projeto de revolução dos grupos de vanguarda resultou da sua debilidade de não conseguirem se fazer representar politicamente pela classe trabalhadora. O posicionamento político de Gorender e Ridenti demonstra uma inquietude com a representação dos trabalhadores enquanto classe no interior do partido político.

Adota o conceito de resistência para explicar a luta dos guerrilheiros, sem desconsiderar o aspecto mais radical, já que a intenção é desvendar o “fantasma” da ideia de brasilidade revolucionária. Admite que o termo resistência fora reivindicado e utilizado por algumas organizações, entre elas a ALN (Aliança Libertadora Nacional), liderada por Carlos Marighella, MR-8, (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes) e um pequeno grupo denominado REDE (Resistência Democrática). Defenderam a guerrilha como estratégia não somente de libertação, mas de resistência, parte do projeto de construção de uma sociedade socialista. Os documentos produzidos por tais organizações, entre os anos de 1965 a 1971, contemplam o uso do conceito, incluindo o livro de 1965, *Por que resistir à prisão*, de Carlos Marighella ao conclamar o povo brasileiro a enfrentar à ditadura, inconformado que estava com a ausência de resistência ao Golpe de 64. Cita também outro documento de autoria do líder revolucionário, publicado em 1968, intitulado “Chamamento ao Povo Brasileiro”, em

⁹ Marcelo Ridenti, nascido em São Paulo em 1959, Professor Titular da UNICAMP e Pesquisador do CNPq. Doutorou-se em sociologia na USP, onde se graduou em Ciências Sociais e Direito. É autor de vários livros e artigos, entre eles destacamos *Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*, Ed. Record; *Brasilidade Revolucionária, SP, Editora da UNESP, 2010*; *História do marxismo no Brasil, v. 5 e 6* (organizado em parceria com Daniel A. Reis), Editora da UNICAMP, 2002. Além de vários outros trabalhos, artigos, capítulos de livros, organizações de obras coletivas, entre outros temas sempre relacionados à compreensão da política, cultura e sociedade contemporânea.

que manifesta a convicção de que a guerrilha irromperia no interior de um movimento amplo de resistência.¹⁰

Em 1971, um documento direcionado aos brasileiros no exterior, intitulado *La lute arame ao Brasil*”, e assinado por essas organizações, buscou entender o sentido da luta de resistência no Brasil. Apesar do uso do termo, a tônica geral do texto representava uma aposta na ofensiva revolucionária.¹¹ Do mesmo modo, constitui outro exemplo, o Jornal com o título *Resistência*, produzido pelo MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), organização que contou, inclusive, com o ex-guerrilheiro e historiador Daniel A. Reis. Convicto de que a luta teve caráter mais de resistência do que de revolução, indica que o termo *democracia* não é usual, e este é o ponto de inflexão mais problemático, já que, a caracterização dessa experiência como resistência democrática é de difícil assimilação e limitada por ausência de fontes.

Ao reivindicar o termo resistência, não implica em afirmar que tais grupos adotaram uma postura defensiva, mas no limite, apostaram nela, como etapa importante para alcançar o socialismo: “Pode se usar apropriadamente o termo resistência para essas esquerdas, pois sua luta importou mais pelo significado de combate à ditadura do que pelo intento de ofensiva revolucionária, mas pelo sentido defensivo, que ofensivo, ao contrário da intenção original dos agentes”. (RIDENTI, 2004: 57). Na prática, uniram-se ao campo opositor, caracterizados por divergências, por vezes, inconciliáveis, mas com o objetivo comum de por fim a ditadura.

Nas páginas finais do livro *O Fantasma da Revolução Brasileira*, analisa as contribuições de Daniel Reis ao discutir a dinâmica interna das organizações comunistas e seus mecanismos de coesão interna de formas autônomas como “algo exterior e diferente da luta de classes” (RIDENTI, 1993:256). Tais mecanismos são reveladores de sua “força”, porque estiveram sempre aptas a assumirem o papel de vanguardas revolucionárias, bem como de suas “fraquezas”, ao se distanciarem do processo social, encontrando-se em um determinado momento da história. Com tais argumentos, o autor de *A Revolução faltou ao encontro* pretendeu justificar que os comunistas não podem ser responsabilizados pela sua

¹⁰ MARIGHELLA, Carlos, “Chamamento ao Povo Brasileiro”. Apud RIDENTI, Marcelo. “Resistência e Mistificação da Resistência Armada contra a Ditadura” IN REIS FILHO, Daniel A. RIDENTI, Marcelo e SÁ, Rodrigo Pato. (Org.). O Golpe e a Ditadura Militar. 40 anos depois. (1964-2994). Bauru, SP. EDUSC, 2004. P. 56.

¹¹ *La lute arame ao Brasil*. Paris, p.44, 12 de janeiro de 1971. Mimeografado Trecho citado “mais ou menos isolados da luta de resistência que se desenvolve atualmente no País”. Apud. Ridenti, Marcelo. Opie. P. 56.

derrota: circunstâncias históricas determinaram o processo. Ainda, de acordo com Ridenti, a interpretação de Daniel Reis difere frontalmente daquelas realizadas por setores da esquerda que realizaram a autocrítica da luta armada, responsabilizando as vanguardas pela derrota política, considerando seus “erros” e “desvios”. Para Daniel Reis, segundo Ridenti, as derrotas devem-se aos mecanismos de coesão internas das próprias organizações semelhantes à de outros países, que, por outras circunstâncias, alcançaram a vitória.

Para Ridenti, as duas teses não são capazes de explicar as relações das “supostas vanguardas” com o “movimento contraditório do social”. As ideias de Daniel Reis, não fornecem elementos para pensarmos a sintonia entre o “projeto histórico com vida própria” das organizações comunistas com o processo vivo da luta de classes. Embora reconheça que ela possa ocorrer, Daniel Reis explica muito mais a dinâmica interna do que o movimento da sociedade no contexto dos anos sessenta. Ridenti questiona o perfil de vanguarda adotada por ele, centrado no estudo dos “princípios” e do “projeto histórico” das organizações à “espera que a revolução não faltasse ao encontro” (RIDENTI, 1993:258). As organizações comunistas estiveram deslocadas do real processo da luta de classes, sem enraizamento na sociedade; algumas podendo até sobreviver em sociedades democráticas mais tolerantes, mas confinadas a serem eternamente seitas ou guetos sujeitos às cisões internas. No caso de regimes autoritários a tendência é a destruição destas que, isoladas, nunca estiveram em sintonia com a luta de classes. Esse processo conduziu à derrota e à dizimação das organizações da esquerda armada durante a ditadura, compreendendo que os elementos de coesão interna apontados por Daniel, impediram a sobrevivência dessas organizações tornando-as autodestrutivas ou desenraizadas socialmente.

De acordo com Ridenti, o ex-guerrilheiro constrói um “modelo de tipo ideal” para explicar as organizações comunistas distantes do real. Os elementos de coesão interna das organizações são aplicáveis aos modelos clássicos de partido marxista-leninista com forte influência stalinista, não podendo ser generalizado para outros grupos de esquerda das décadas de sessenta e setenta. Portanto, seu modelo pode ser considerado parcialmente válido para algumas organizações da esquerda armada, mas não para entender a dinâmica do engajamento de tantos jovens da geração libertária de 1968 na luta armada. Ridenti destaca a visão dos próprios militantes, entendendo que o centralismo e a rigidez das organizações eram justificáveis pelos riscos, exigindo cuidados e sacrifícios, no limite, o da própria vida. Daniel Reis, em entrevista concedida a Ridenti, assume que o centralismo era admitido por todos

como medida de segurança, portanto, não era questionada a “taxa de democracia” que variava entre os grupos armados. De acordo com Ridenti, ex-militantes orgânicos rememoram suas experiências dando conta de que viveu também um momento de grande realização pessoal, independente dos sofrimentos e das críticas que hoje se faz àquele tipo de militância. Portanto, a disciplina espartana era considerada legítima e necessária naquela conjuntura.

O desejo em continuar polemizando com Daniel, pioneiro na crítica ao conceito de resistência como categoria analítica, levou Ridenti a produzir um texto, publicado em 2004, questionando os usos e adequação do termo resistência, designando experiências e propostas variadas dos grupos armados. O problema em foco visou examinar a mistificação da resistência armada no contexto de elaboração de uma determinada memória. Inicia o percurso investigativo, demarcando a ideologia da democracia, como reveladora de múltiplas interpretações dos que optaram em atribuir a retomada da democracia no Brasil, a luta heroica das esquerdas armadas. Esse aspecto é mistificador porque desconsideram o fato de que tais grupos nunca defenderam um retorno à democracia do pré-1964, nem concordaram plenamente com a opção pelo modelo de transição democrática no pós-ditadura. Assim, desconsideram o fato de que organizações como o PCB e a AP, sempre foram críticos da luta armada. O PCB assumiu claramente um posicionamento contrário à luta armada, enquanto a AP propunha uma revolução armada, mas nunca levada à prática, porque dependeria do apoio das massas.

Por último, setores de esquerda comprometidos com a transição sempre grandes rupturas, nos finais dos anos setenta, continuam apostando na hipótese de que se não houvesse o fechamento dos canais de expressão para oposição, o país não teria vivido o trauma das ações armadas. Nesse ponto, Ridenti concorda com Daniel Aarão, de que houve um apagamento da ofensiva revolucionária e a negação de que elas, de modo algum, estavam preparadas para a democracia. Nos dias atuais, para muitos, ainda prevalece à ideia de que a luta das esquerdas só teria legitimidade se fosse considerada parte da resistência democrática à ditadura. Ridenti compreende que para evitar tal confusão, o melhor é adotar só a categoria analítica da resistência, sem adjetivá-la com o termo democracia.

Alguns que se recusaram a pensar as esquerdas armadas como resistência acabou contribuindo para uma incorporação política e ideológica dos seus argumentos por setores que visam ainda hoje isentar setores da sociedade civil de cumplicidade com a ditadura. Daniel ao observar que “a memória da sociedade tendeu a adquirir uma arquitetura simplificada: de um

lado, a ditadura, um tempo de trevas, o predomínio da truculência, o reino da exceção, os chamados anos de chumbo”. De outro lado, a nova república, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se em sua vocação democrática. (REIS FILHO, 2000:7; 8). Sobre esse texto, em particular, Ridenti diz que o propósito desmistificador é pertinente e a denúncia de uma suposta neutralidade de amplos setores sociais diante dos crimes da ditadura. O problema foi à maneira pela qual esse tipo de interpretação foi recepcionado, caminhando para um sentido totalmente oposto do pretendido pelo seu autor.

Destaca a matéria do jornal *O Globo*, intitulada “*Resistência Democrática, dogma que desaba*”, baseada em trechos proferidos por estudiosos do período, participantes do *Seminário sobre os 40 anos do golpe de 1964*, realizado em março de 2004.¹² Os autores da matéria elaboraram um discurso aparentemente neutro e objetivo, revelando duas interpretações que nenhum dos pesquisadores concordaria, embora suas análises, descoladas de um contexto, forneceram elementos para esse tipo de construção ideológica. A conclusão do jornal é de que não sendo a esquerda parte da resistência democrática, mas revolucionária, o golpe pode ser considerado legítimo e justificado frente à ameaça real de uma revolução comunista em curso. Até o AI-5 e a repressão que se seguiu passou a ser justificada como uma reação às esquerdas revolucionárias, tese defendida por uma memória militar que encontra espaço na imprensa para divulgar o seu ideário, caso do coronel Jarbas Passarinho, ex-ministro da ditadura e signatário do AI-5. Contudo, essa leitura permitiu isentar a sociedade civil, pois, democrática e desarmada, assistiu de fora ao confronto entre os “fanáticos” armados: militares adeptos da ditadura versus guerrilheiros comunistas. Todos antidemocráticos. Não por acaso, esta matéria do jornal *O Globo* e entrevistas de Daniel Aarão Reis foram imediatamente reproduzidas em sites do Exército.

Além dele, foram revelados trechos da entrevista de Denise Rollemberg, em consonância com a de Daniel, de que a valorização da democracia pelas esquerdas ocorreria só em meados dos anos sessenta.¹³ Ridenti aponta que o tema da democracia esteve muito forte no contexto da Guerra Fria anterior ao Golpe, lembrando que os EUA justificou seu apoio aos golpistas, em nome da democracia. A frase do próprio Ridenti de que “o termo

¹² MOTA, Adamo André; OTAVIO, Chico. “LAMEGO, Cláudia”. “Resistência Democrática, dogma que desaba”. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. A-8, 29 mar. 2004. *Seminário 40 Anos do golpe militar: 1964-2004*. CPDOC/FGV, APERJ, UFRJ, UFF, Rio de Janeiro/Niterói, 22-26 mar. 2004. Apud. RIDENTI, Marcelo. *Opie*. P. 61.

¹³ Importante mencionar o impacto no seio das esquerdas do artigo de Carlos Nelson Coutinho, “A Democracia como valor universal”, publicado em *Encontros com a Civilização Brasileira*, RJ, Civiliz. Bras. No. 9, 1979.

resistência só pode ser usado se for descolado do adjetivo democrático” foi retirada do contexto original para adquirir um conteúdo enviesado. Para comprovar a tese da violação das esquerdas tomaram a declaração de Carlos Fico de que “os confrontos armados eram uma disputa sangrenta entre duas elites – o povo ficava de fora, assistindo a sobressaltos” e colocaram-na fora do contexto em que foi dito O jornal procurou ouvir o outro lado, entrevistando João Quartim de Moraes que defendeu a ideia da resistência democrática como categoria aceita para explicar no pós-64, a continuidade da luta pelas reformas de base, herança do governo janguista. Ridenti questiona Quartim e propõe que após o golpe, as esquerdas apostaram mais na revolução do que nas reformas.

Ao que parece o termo revolução, é o mais exato para pensarmos os anos sessenta pós-golpe, mas não é suficiente para explicar a complexidade das ações e reações das esquerdas armadas a posteriori. Ridenti tenta argumentar nesse sentido, mas não consegue formular hipóteses que sustentem a aplicação do termo democracia as esquerdas revolucionárias. A opção que fez em não adjetivar a resistência evitou que enveredasse pelos caminhos intrincados do que seria democracia, exigindo revisões historiográficas e novos marcos interpretativos a partir da documentação.

Por fim, o artigo recupera o legado das esquerdas e papel dos vários intérpretes que continuam no meio de forças opostas de construção de uma visão sobre o passado ditatorial combatendo e representando o desejo do permanente exercício da memória em resgatar uma contribuição política relevante. A historiografia que produzem, embora polemista, avança na compreensão de que cabem aos cientistas sociais não se deixar levar pelas artimanhas da memória e seus usos no presente; o exercício de reflexão crítica deve prevalecer em detrimento do encantamento da memória, por vezes autoritária e enganadora, das complexas relações sociais dessa fase em questão. Por fim, ao sugerir a compreensão da história da esquerda armada a partir de interpretações diferenciadas, o artigo sugere outras possibilidades de pesquisas e estimulam tentativas de dessacralizar e superar versões que contribuem ainda hoje para colocar a história da ditadura como refém da memória.

Referências Bibliográficas:

AZEVEDO, Ricardo de e MAUÉS, Flamarion. (Orgs). Entrevista com JACOB GORENDER IN Rememória: Entrevistas sobre o Brasil do século XX. SP, Fund. P. Abramo, 1997. – p.173-203.

GORENDER, Jacob - Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Ática, 1987.

_____. “Era o golpe de 64 inevitável?”, in 1964: Visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo. Toledo, Caio Navarro de (org.), Campinas, Ed. UNICAMP, 1997.

GORENDER, Jacob. “64: os fracassos das esquerdas”. Jornal Movimento, nº 299.

GORENDER, Jacob. “O PCB e sua atuação nos anos 50”. Entrevista concedida a Waldir José Rampinelli. RBH. O Ofício do Historiador. Vol.23, no. 45. Julho de 2003. P.303-309.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A Revolução faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil. 1ª edição, SP. Ed. Brasiliense, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. VERSÕES E FICÇÕES: O Sequestro da História. Fundação Perseu Abramo, 1997.

_____. Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade. RJ. Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. O fantasma da Revolução Brasileira. SP. Ed. UNESP, 1993.

RIDENTI, Marcelo. “Resistência e Mitificação da Resistência Armada contra a Ditadura”. IN REIS FILHO, Daniel A. RIDENTI, Marcelo e SÁ, Rodrigo Patto. (Orgs). O Golpe e a Ditadura Militar. 40 anos depois. (1964-2004). Bauru, SP. EDUSC, 2004. P. 56.

TOLEDO, Caio Navarro. “1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”. Revista Crítica Marxista no. 19. Editora Revan. Outubro de 2004 – p.27-48.